CAPÍTULO 12.º

Arma de Engenharia

Praças

Artigo 282.º, 2):

a) Rancho a 2:410 cabos e soldados, a 2.º70 por dia	100.000\$
Soma	2:500.000\$

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 29 de Novembro de 1938.— O Chefe da Repartição, *Ildfonso Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Liceal

Decreto-lei n.º 29:202

Sendo necessário esclarecer o disposto no artigo 4.º, § 3.º, do decreto-lei n.º 28:214, de 23 de Novembro de 1937, por terem sido suscitadas dúvidas na sua execução;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. A expressão «ano económico decorrente», constante do artigo 4.º, § 3.º, do decreto-lei n.º 28:214, de 23 de Novembro de 1937, é interpretada como significando o ano económico que decorrer na data da nomeação ou promoção.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Dezembro de 1938. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Betten-*

court — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

Decreto n.º 29:203

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O número de agentes ou comissários privativos que as firmas exportadoras de frutos secos do Algarve podem matricular, nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 28:729, de 2 de Junho de 1938, será limitado nos seguintes termos:

a) Os exportadores que possuam um movimento comercial até 1 por cento do movimento total da exportação poderão matricular até dois agentes ou comissários privativos;

b) O número de agentes ou comissários privativos para as firmas com movimento superior a 1 por cento será o estipulado na alínea anterior acrescido de um agente ou comissário por cada 1 por cento ou fracção a mais que lhe corresponda no movimento total de exportação, até ao limite máximo de quinze agentes ou comissários privativos.

§ 1.º Para o cálculo do número de agentes ou comissários privativos será adoptada a tabela das percentagens do movimento comercial referente ao ano anterior.

§ 2.º O Ministro do Comércio e Indústria pode modificar, por portaria, o número mínimo de agentes ou comissários privativos fixado neste artigo.

Publique-se e cumpra se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Dezembro de 1938. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite*.